

As relações externas de Cabo Verde: o caso da União Europeia

José Maria Neves¹

Os princípios basilares da política externa cabo-verdiana são de todos conhecidos, do mesmo modo que é reconhecido o continuado esforço do Estado de Cabo Verde para manter uma linha de actuação externa condizente com esses princípios, condição fundamental para a preservação e o reforço da sua credibilidade e prestígio externos, factores indispensáveis à realização da visão estratégica que definimos para o desenvolvimento de Cabo Verde a longo prazo.

A imagem do futuro de Cabo Verde desejado no horizonte de 20 anos resume-se do seguinte modo: *«um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida».*

No quadro desta legislatura, as estratégias e as opções estão orientadas para a consecução desta visão partilhada do futuro.

São cinco as grandes opções aprovadas que consubstanciam esta visão:

- Promover a boa governação como factor do desenvolvimento, reformando o Estado, intensificando a Democracia e reforçando a Cidadania.
- Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva.
- Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino /formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento.
- Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade.
- Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.

¹ Intervenção na sessão de abertura do seminário *As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia*, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), pelo European Centre for Development Policy Management (ECDPM) e pela Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz (AZM), que decorreu na Cidade da Praia, a 13 e 14 de Dezembro de 2002.

Outrossim, essa visão do futuro é servida por três eixos estratégicos fundamentais: *a inserção activa na economia internacional; o sector privado como motor do desenvolvimento; o desenvolvimento e a afirmação da cultura nacional.*

Importa sublinhar que a inserção activa de Cabo Verde na economia global pressupõe a definição, em tempo útil, de políticas de longo prazo que lhe permitam tirar partido da sua situação geoestratégica, esta claramente entendida como um recurso estratégico.

De todo o modo, a verdade é que historicamente o país tem sido prejudicado pela ausência desse sentido de oportunidade, dessa ideia de que existe um tempo útil para imprimir um determinado sentido e ritmo na vida de uma comunidade nacional.

A inserção activa na economia global exige uma gestão estratégica do país, ancorada numa visão clara e abrangente do futuro, nas opções estratégicas de desenvolvimento e numa liderança forte, capaz de impulsionar com sucesso as mudanças necessárias.

Refira-se, a título ilustrativo, o papel que a ilha de São Vicente desempenhou na economia de Cabo Verde nos finais do século XIX, papel que depois perdeu devido à ausência de uma visão estratégica das funções do Porto Grande no contexto da economia regional e internacional.

O mesmo se poderá dizer em relação ao Aeroporto Internacional do Sal na década de sessenta e ao relevante lugar que poderia ter ocupado, na arena da aviação civil internacional, desde então.

Com a alternância política verificada em 1991, é reconhecido que Cabo Verde não podia continuar a desenvolver-se essencialmente com base na ajuda pública ao desenvolvimento. Apesar disso, os sucessivos governos não tiveram uma perspectiva estratégica de desenvolvimento e não alcançaram, por exemplo, as consequências da evolução e queda do regime de *apartheid* na África do Sul e da subsequente democratização deste país. Não avaliaram tampouco as rápidas mudanças tecnológicas nem o quadro concorrencial no sector da aviação civil na nossa subregião.

Efectivamente, essa nova situação impunha o estabelecimento em tempo útil de parcerias estratégicas para enfrentar novos desafios, os quais não foram sequer identificados.

Quando procuramos agora o estabelecimento de tais parcerias, o esforço revela-se algo tardio.

Também no domínio das privatizações, designadamente no sector financeiro, verificou-se uma clamorosa falta de visão do futuro, pois tais privatizações deveriam ter conduzido à criação de uma praça financeira forte e credível em Cabo Verde, adentro uma política de inserção activa do país na economia global.

Na fase em que o país se encontra, estamos a tomar medidas para concretizar essa estratégia de real e activa inserção na economia mundial, dando uma prioridade clara aos sectores do turismo, da indústria ligeira e da indústria têxtil, que, ao lado de recursos como o mar e a situação geoestratégica, serão os motores do desenvolvimento de Cabo Verde no curto e médio prazos.

Estes sectores vão, por conseguinte, beneficiar do investimento externo em cuja mobilização estamos empenhados, favorecendo o crescimento da economia e a criação de emprego, ao mesmo tempo que estamos a trabalhar para identificar e aproveitar nichos de mercado que permitam a expansão das nossas exportações.

Neste sentido, os avanços já conseguidos no quadro do African Growth and Opportunity Act (AGOA), as perspectivas e potencialidades existentes no âmbito do *Millenium Challenge Account*, bem como a afirmação de novas parcerias são particularmente encorajadores.

O mar e os sectores aéreo e bancário vão continuar a merecer a nossa atenção prioritária enquanto motores de desenvolvimento de longo prazo.

Eis a razão por que vamos tratar a privatização da gestão dos portos e das empresas IN1ERBASE e CABNA VE como processos claramente inseridos no aproveitamento desse recurso estratégico que é o mar.

Do mesmo modo, encaramos a privatização da TACV numa perspectiva estratégica que inclua uma parceria que conduza à modernização e ao crescimento da empresa e, simultaneamente, o aproveitamento da promoção do AIAC à Categoria 1 da ICAO, aumentando por conseguinte a competitividade do país e facilitando o estabelecimento de um *gateway* para o Continente.

Devo ainda apontar a forte aposta que fazemos na inovação e nas novas tecnologias informacionais e de comunicação, considerando a sua fundamental importância na perspectiva do desenvolvimento, da modernidade e da competitividade do país.

Estamos assim procurando uma verdadeira e activa inserção na economia mundial, a qual deverá estribar-se numa crescente inserção na CEDEAO e no aprofundamento das relações de parceria com as regiões da Macaronésia.

Ao mesmo tempo, procuramos ter uma participação activa na implementação dos diferentes eixos da NEPAD.

Aliás, cumpre recordar que estamos a trabalhar no sentido de organizar em Cabo Verde uma cimeira dos Chefes de Estado e/ou de Governo dos Pequenos Estados Insulares Africanos, evento que servirá para clarificar o nosso contributo para a NEPAD e avançar na defesa de um tratamento adequado à situação específica dos pequenos Estados insulares no âmbito da implementação da iniciativa.

Em matéria de inserção económica, mantemos que não há nem poderia haver qualquer antinomia entre uma integração na nossa subregião e o estabelecimento e reforço de relações privilegiadas com a Europa.

O desafio está em conseguirmos uma efectiva complementaridade dos dois eixos.

É nossa convicção que o comércio internacional vai, a médio prazo, processar-se globalmente de acordo com o sistema de normas definido pela OMC, a cuja adesão atribuímos a maior importância, devendo o respectivo processo ser conseqüentemente acelerado.

No que respeita ao nosso relacionamento com a Europa, importa referir que, no quadro das suas relações externas, Cabo Verde sempre colocou essa relação num patamar cimeiro da sua acção diplomática.

A razão de ser de tal facto advém não só do reconhecimento da Europa enquanto potência política e economicamente incontornável mas, igualmente, do reconhecimento e convicção de que o desenvolvimento do país, por razões intrínsecas, é vincadamente dependente das suas relações com essa região.

A importância dessa relação é marcada *ab initio* pelo número de cabo-verdianos que desde cedo emigraram para esse espaço à procura de melhorar as suas condições de vida. Da diáspora instalada na Europa vem o país recebendo recursos que se têm demonstrado fulcrais para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, a presença dos europeus na génese da população cabo-verdiana terá eventualmente gerado uma «cumplicidade» cujas origens históricas e culturais, nomeadamente religiosas, que datam dos primórdios da colonização, terão contribuído para que este espaço tenha exercido desde sempre uma forte influência e atracção no imaginário do homem cabo-verdiano.

Historicamente, Cabo Verde conheceu os seus melhores períodos de desenvolvimento económico, quando serviu de base para a chamada economia de circulação, altura em que soube tirar partido da sua localização no comércio entre a Europa, a África e as Américas.

No seguimento da sua independência, Cabo Verde procurou conciliar a coerência de princípios com o pragmatismo da acção, posicionando-se entre os grandes blocos e mantendo um não-alinhamento activo, no qual as relações com a Europa ganharam peso e se desenvolveram.

Basta recordar que é nesse período que se definem as actuais bases do comércio externo em que a maioria dos produtos importados provém da Europa.

Por outro lado, com a adesão à Convenção de Lomé, o país passa a poder beneficiar da ajuda ao desenvolvimento da Comunidade Económica Europeia, ao mesmo tempo que delinea importantes programas de cooperação com países europeus, nomeadamente a Holanda e a Suécia.

Essas relações de amizade e cooperação foram-se aprofundando ao nível bilateral, sendo que em finais da década de oitenta a maior parte dos países que compunham a chamada Europa Ocidental tornou-se parceira do desenvolvimento de Cabo Verde. São os casos da Suíça, da Alemanha, da Espanha, da Itália, da Áustria, de França e de Portugal, entre outros.

Na década de noventa, quando se passa a uma política de atracção de investimentos estrangeiros, os primeiros capitais investidos têm igualmente origem em países europeus (Itália, Portugal). Por outro lado, ao nível da Comunidade, Cabo Verde contou desde sempre com o apoio financeiro do Banco Europeu de Investimentos, cujo contributo foi decisivo para a construção de algumas infra-estruturas.

O desenvolvimento do sector do turismo teve e tem uma forte participação de capitais europeus, as privatizações realizadas até agora trouxeram novo capital de origem maioritariamente europeia, o espaço monetário pelo qual optámos, ou seja, a «paridade fixa com o euro», tem por referência a Europa.

Dessa realidade resulta, pois, que, em termos de emigração, de comércio, de investimentos, de fluxos turísticos e de oportunidades, Cabo Verde encontra-se numa forte relação com a Europa enquanto parceiro incontornável, pelo que o futuro do país não pode ser equacionado sem se ter em conta esta realidade que, no caso cabo-verdiano, extravasa a importância política e económica que por todos é reconhecida à Europa.

Assim sendo, importa para o país – reconhecendo a sua relação privilegiada com a Europa – procurar melhorá-la, ao mesmo tempo que procura tirar partido dessa relação, nomeadamente na intensificação do relacionamento com os continentes africano e americano, assumindo tal objectivo com realismo.

Nesse quadro devem ser entendidas as relações privilegiadas que Cabo Verde tem vindo a desenvolver com alguns países europeus e com as regiões periféricas da Europa que nos são próximas.

Tal aproximação permite-nos o acesso a instrumentos/modalidades de financiamento da UE para as suas regiões periféricas – Açores, Canárias e Madeira – devidamente enquadradas no Tratado da União, bem como, presentemente, na iniciativa/fundo INTEREG III que contempla, entre as suas acções prioritárias durante a sua vigência (2000 -2006), a zona de influência Macaronésia.

Esta possibilidade encontra-se explicitada no nosso PIC, 2002-5, com as Canárias, prevendo-se a obtenção de financiamentos nas áreas do meio ambiente, ordenamento do território e formação, bem como dos transportes, incluindo-se aqui o financiamento do estudo de viabilidade de uma linha marítima regular entre os Açores, Canárias, Cabo Verde, Dakar, Nouadibou e Casablanca.

Na actual situação, entendemos justificar-se plenamente a procura de um instrumento de enquadramento das relações entre Cabo Verde e a União Europeia que permita elevá-las a um patamar mais condizente com a sua natureza estrutural e abrangendo domínios cruciais como a circulação de pessoas, bens e capitais, a segurança internacional, as pescas, os transportes, a propriedade intelectual, as telecomunicações, a inovação e o conhecimento.

Contamos com empenhamento de importantes parceiros bilaterais membros da União Europeia no sentido de facilitar a concretização desse desiderato.

Através de um patamar diferenciado das relações com a Europa, centradas numa verdadeira parceria para o desenvolvimento, os cabo-verdianos encontrariam uma forma de devolver às ilhas a sua vocação histórica, fazendo delas uma placa giratória de mercadorias e de interesses, de e para a Europa, via Cabo Verde.